

NOTAS PARA UM ESTUDO COMPARADO SOBRE A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS TURÍSTICOS EM BALNEÁRIOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Paulo Roberto Baqueiro BRANDÃO¹

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO²

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de interpretação da relação dialética entre uma ordem local e uma ordem global intermediada pelo turismo em balneários litorâneos do Nordeste brasileiro e cuja análise geográfica de interesse é a formação de arranjos territoriais engendrados pelos grupos sociais que antecederam o fenômeno turístico. Tais arranjos surgem como uma revanche à imposição de um modelo hegemônico de produção do espaço urbano que negligencia as práticas socioespaciais próprias do lugar. Para compreensão deste fenômeno, aliado ao esforço de desenvolvimento de um escopo teórico-conceitual que dê sustentação ao estudo, propõe-se a realização de um exame empírico comparado das seguintes localidades: *Porto de Galinhas* (Ipojuca, Pernambuco); *Praia do Forte* (Mata de São João, Bahia); *Pipa* (Tibaú do Sul, Rio Grande do Norte). Esta proposta parte da hipótese de que os modelos de reorganização do espaço urbano e de planejamento e gestão do turismo adotados nas localidades em exame são segregários, tornando-se componentes fundamentais para a produção de territorialidades conflitantes entre os agentes hegemônicos da atividade turística e os grupos sociais pré-estabelecidos.

Palavras-chave: território e territorialidade, urbanização turística, balneários litorâneos; Nordeste brasileiro

ABSTRACT

This paper is an attempt to interpret the dialectical relation between a local and global order mediated by the tourism in balnearies in the Brazilian northeast and in which the geographic analysis interest in the formation of territorial arrangements organized by the social group which were there before the touristical phenomenon. Such arrangements appear as return match to the imposition of a hegemonical mode of the urban space production that neglects as own social space production practices in that place. To understand this phenomenon, which comes with a developmental effort of a theoretical –concept scope that can give support to the study, it is suggested the realization of an empirical compared examination of the following places: *Porto de Galinhas* (Ipojuca, Pernambuco), *Praia do Forte* (Mata de São João, Bahia); *Pipa* (Tibaú do Sul, Rio Grande do Norte). This proposal considers the hypothesis that the reorganization of the urban space and the planning and the adopted tourism management in the places which are examined are segregated becoming themselves fundamental components to the production of conflicted territorialities between the hegemonical agents of the touristical activity and the Social groups pre- established.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFPE. E-mail: paulobaq@ufba.br.

² Prof. Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas – UFPE. E-mail: cjmc@ufpe.br.

Key words: territory and territoriality, tourist urbanization, showers coastal, Brazilian Northeast

1. INTRODUÇÃO

Principal fonte de renda em diversas localidades, regiões e países do mundo, o turismo é uma atividade que, além de produzir impactos econômicos e sociais intensos, é gerador de consideráveis repercussões espaciais, por vezes menos aparentes, porém, igualmente importantes, confirmando o que afirma Corrêa (1995, p. 26), citando Milton Santos, segundo o qual “não é possível conceber uma determinada formação sócio-econômica sem se recorrer ao espaço”.

O espaço transformado em mercadoria pelo valor diferencial que a sociedade e os agentes econômicos – incluindo-se aí os turistas e todo o *staff* que lhe dá sustentação – atribuem a cada uma de suas parcelas, além das transformações decorrentes do uso do território turístico, com a incorporação de sistemas de objetos e ações altamente tecnicizados que subordinam os estilos de vida e as demais atividades desenvolvidas em localidades receptoras aos ditames da atividade são reflexões fundamentais para a compreensão das dinâmicas espaciais introduzidas pelo turismo.

A atividade turística, tomada como um assumido fenômeno de mercado, é o resultado direto das reinvenções promovidas pelos agentes econômicos ávidos por novas formas de acumulação que fizessem frente ao surgimento de uma economia urbana pós-industrial (HARVEY, 1973; SOJA, 1989), atingindo todo e qualquer espaço que apresente determinadas características potenciais para visitas ou, como no vocabulário típico dos planejadores, uma “vocaçãõ” para o turismo. Assim, regiões e cidades “turísticas” são gestadas a partir da sua transformação em espaços privilegiados pela dotação, de um lado, de toda a infra-estrutura e super-estrutura necessárias à permanência, circulação e segurança de turistas e, por outro, pela valorização dos atrativos materiais (naturais ou construídos, pretéritos ou não) e imateriais (identidade cultural principalmente) que sustentem o espetáculo imagético que se quer oferecer, fazendo surgir uma paisagem urbana adequada à reprodução do capital.

O resultado dessa recriação da paisagem ao sabor dos interesses relativos ao mercado turístico é que a vida que a anima passa a se constituir de ações igualmente estranhas ao lugar. Tudo é planejado, medido, condicionado e, por meio dessas estratégias, o espaço é transformado em um palco de ações que reforçam o seu caráter espetacular onde nada escapa à condição de mercadoria.

Seja por meio da inserção de projetos hoteleiros e empreendimentos imobiliários voltados à segunda residência ou mesmo por conta da aparição de lojas, restaurantes, espaço privados de lazer e entretenimento, novas formas de produção simbólica e material do espaço emergem, introduzindo, por um lado, idéias, valores, crenças, além de uma nova ordem moral, e, por outra banda, uma gama de objetos alienígenas na paisagem, todos articulados e articuladores do lugar com o mundo, ainda que de forma extremamente seletiva e segregária.

A fragmentação do espaço surge, então, como o resultado da produção de territórios do turismo, promovendo a “dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si” (CARLOS, 1996, p. 57) e a repartição socioespacial em territórios destinados aos incluídos, de um lado, e aos não incluídos, de outro, ainda que estes últimos sejam, via de regra, partes da população pré-existente ao fenômeno turístico.

Tal realidade é exemplar no Nordeste brasileiro, região que é um dos principais destinos turísticos do país, principalmente na sua porção litorânea, onde existem localidades que se enquadram no movimento de “construção cultural da valorização do modelo sol/praias” (CRUZ, 2002, p. 77), no qual o mote principal é a exploração das características físico-ambientais e culturais do espaço na promoção do turismo, tendo partes dos territórios localizados na franja atlântica apropriadas por um modelo de planejamento turístico calcado na maximização da exploração de tais atrativos através da implantação de infra-estrutura, pelo poder público, e de objetos altamente tecnicizados, pela iniciativa privada, em pequenas aglomerações litorâneas.

Entre as localidades que sofreram intervenções com o propósito de maximizar o seu potencial turístico, os distritos de Praia do Forte (município de Mata de São João, Bahia), Porto de Galinhas (Ipojuca, Pernambuco) e Pipa (Tibaú do Sul, Rio Grande do Norte) aparecem como exemplos maiores da criação de uma urbanidade extremamente racional que, se por um lado gera encantamento, por outro, repercute decisivamente na produção de territorialidades conflitantes, nas quais os agentes econômicos, os turistas e os novos habitantes do local medem forças com as comunidades locais na busca pela primazia da apropriação e produção do espaço, na qual a relação dialética daí resultante seria, segundo a lógica dos primeiros, a assimilação do lugar aos desígnios do mundo, ao passo que, para os últimos, suas localidades de origem seriam focos de resistência do lugar frente a uma ordem global (SANTOS, 2002).

Essa articulação territorial emerge da existência de formas distintas e conflitantes de apropriação dos espaços turísticos pelos agentes de produção do espaço que aí atuam,

quais sejam: de um lado, as entidades empresariais (em aliança com o Estado), imprimindo racionalidade e, de outra parte, os grupos sociais pré-existentes, que tentam romper esta lógica através de resistências, como a negação em desfazer-se de suas moradias em locais valorizados pelo fenômeno turístico, ou através de formas de inserção na economia via atividades informais que, por vezes, são repelidas pelo *trade*, reforçando o caráter territorial desta relação.

As resistências surgem como um reflexo dos modelos excludentes de planejamento e gestão do turismo, uma vez que representam as estratégias daqueles que, mesmo compondo o quadro social das localidades turísticas, não foram convocados a pensar/decidir/concretizar o fenômeno.

Essas estratégias adquirem contornos territoriais quando passam a contrariar a lógica dos agentes turísticos de transformação da paisagem em espetáculo, projetando no espaço o exercício de poder entre os detentores do capital, ávidos por requalificação do espaço, e aqueles que possuem estreitas relações com o lugar e que, por essa mesma razão, se mantêm firmes no propósito de garantir a continuidade dos processos que fazem do espaço um *locus* de suas relações sociais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS DE ANÁLISE

Segundo Roncayolo (1988), não há uma teoria geral de investigação da cidade, o que permite a sua análise sob abordagens múltiplas, não se encerrando, portanto, em um paradigma pré-determinado, ainda que se pretenda manter o caráter geográfico da pesquisa. É fundamental esclarecer, pois, que esta contribuição, devido ao amplo campo de análise a que se propõe investigar, dialoga com disciplinas afins das Ciências Sociais, além da própria Geografia. É necessário, portanto, lançar mão de referenciais que possibilitem investigar a produção social do espaço além das fronteiras disciplinares.

Assim, tendo como principal norteador os pressupostos inerentes aos estudos realizados sob a visão dialética do mundo, duas são as metodologias de análise que norteiam este trabalho: o estudo comparado de entidades geográficas e a periodização do fenômeno turístico nas localidades estudadas.

A proposta de estabelecer um estudo comparado de pequenos centros urbanos turísticos do litoral do Nordeste converge com o interesse em buscar padrões de análise e aproximações das trajetórias geográficas resultantes da apropriação do espaço pelo turismo, contribuindo assim para o preenchimento de uma lacuna no conhecimento

produzido na Geografia brasileira, que, como afirmado anteriormente, pouco privilegiou a análise das repercussões espaciais da atividade em pequenos núcleos urbanos e dos grupos sociais que aí habitam.

Ainda que seja fundamental admitir o caráter particular de cada um dos lugares analisados, por ser um modelo hegemônico de produção do espaço que busca a incorporação plena a uma economia globalizada, a urbanização turística acaba por gerar espacialidades reproduzidas em escala, o que explica a necessidade de comparar os balneários turísticos do litoral nordestino como uma tentativa de compreender as (des)semelhanças e (as)simetrias nas estratégias territoriais em exame.

No que se refere à periodização como procedimento metodológico, esta será fundamental quando da análise dos processos que influenciaram ou determinaram os arranjos territoriais pretéritos e atuais ligados à atividade turística nas localidades examinadas. Para tanto, pretende-se empregar o arcabouço metodológico desenvolvido por Vasconcelos (1999; 2002), segundo o qual os fenômenos geográficos examinados na longa duração devam ser realizados a partir da observação das diferentes temporalidades, desde os períodos pouco significativos, do ponto de vista das transformações, e outros, mais representativos – chamados pelo autor de períodos densos – em função das mudanças que provoca no contexto socioespacial das cidades.

Este projeto de investigação está também calcado, portanto, na proposta metodológica de Vasconcelos (1999), segundo a qual o exame de fontes primárias e secundárias, ademais da documentação cartográfica, se faz a partir do reconhecimento da existência de distintas temporalidades estabelecidas em função de relações entre processos históricos em escala internacional e/ou nacional, e especificidades locais, permitindo a formação de características socioespaciais únicas.

Além dos procedimentos acima citados, serão empregadas técnicas de investigação, tais como: (a) trabalho de gabinete, que consiste em levantamento dos problemas e/ou questões de pesquisa, definição/consolidação dos aportes teóricos e conceituais e dos procedimentos metodológicos, delimitação espaço-temporal, definição dos objetivos e levantamento bibliográfico; (b) trabalho de campo, que consiste na realização de observações orientadas, elaboração e aplicação de entrevistas e questionários com parcela populacional de interesse à pesquisa, obtenção de documentação fotográfica; (c) análise estatística, que consiste na tabulação dos dados coletados na etapa anterior, elaboração de gráficos, tabelas, mapas e cartogramas, análise e correlação das variáveis da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho pretende expor a existência, nas localidades turísticas citadas alhures, do exercício simultâneo e altamente conflitante de duas territorialidades, sendo que uma delas, construída pelos agentes do turismo, é absolutamente racional e mediada pela ciência, pela técnica e pela informação, utilizadas como instrumentos de coação e vigilância (LEFEBVRE, 1991), ao passo que, no caso da segunda, atribuída às comunidades tradicionais receptoras, sua existência deriva da consciência de pertencer a uma realidade e a um espaço que lhes são próprios, que os particularizam, dão sentido ao grupo e perpetuam suas referências identitárias.

Neste sentido, o exame que segue busca lançar uma reflexão a partir da premissa que o turismo se configura como uma atividade que favorece a “prática sócio-territorial da não-cidadania” (CASTILHO, 2005a, p.77), já que reforça – ao invés de mitigar, como prometeram os seus agentes principais – as desigualdades socioterritoriais existentes nos espaços apropriados pelo fenômeno.

No que concerne aos resultados esperados, dois são os principais: (a) definição de parâmetros para uma reflexão crítica dos caminhos seguidos pelos organismos públicos e privados – nas suas diferentes escalas de atuação – como agentes de produção do espaço turístico no litoral nordestino; (b) elaboração de mapas da ocupação do turismo em Porto de Galinhas, Praia do Forte e Pipa, identificando os principais núcleos de produção do espaço pelo fenômeno e as territorialidades aí estabelecidas.

Esta proposta surge, pois, como meio para discussão das possibilidades de desenvolvimento da atividade turística segundo bases locais, privilegiando os interesses das comunidades receptoras, valorizando os seus laços identitários e territoriais vinculados ao sentimento de pertencimento que os ligam às terras de origem, já que, segundo Santos (1996, p.15), o entendimento do território é “fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro”.

4. CONCLUSÕES

As novas dimensões assumidas pelo turismo no conjunto das atividades econômicas, com ampliação considerável dos investimentos públicos e privados, diversificação dos produtos turísticos e, como consequência direta, apropriação cada vez mais intensa dos espaços, têm gerado a necessidade de repensar o fenômeno, considerando-o em todas as suas dimensões, incluindo-se aí a geográfica, posto que,

como afirma Assis (2003, p. 109), os destinos turísticos sejam “meio de produção, produto de consumo e *locus* de práticas sócio-espaciais” próprios da atividade.

Outro aspecto a ser mencionado diz respeito à aceleração das transformações socioespaciais decorrentes do turismo em lugares do litoral do Nordeste brasileiro, que tem produzido novas territorialidades em escala local, mas com repercussões socioeconômicas e políticas muito mais amplas, já que afetam a própria continuidade das relações de aproximação entre os homens, bem como da atividade turística, devendo, portanto, figurar como uma preocupação dos agentes responsáveis pelo planejamento e gestão do turismo.

Assim, ao estabelecer um estudo comparado de pequenos centros urbanos turísticos do litoral do Nordeste, há a possibilidade de buscar padrões de análise e aproximações das trajetórias geográficas resultantes da apropriação do espaço pelo turismo, contribuindo assim para o preenchimento de uma lacuna no conhecimento produzido na Geografia brasileira, que, como afirmado anteriormente, pouco privilegiou a análise das repercussões espaciais da atividade em pequenos núcleos urbanos e dos grupos sociais que aí habitam.

5. REFERÊNCIAS

ASSIS, L.F. 2003. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In **Revista Território**. Ano VII, n. 11, 12 e 13, set-out. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 107-122.

CARLOS, A.F.A. 1996. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec.

CASTILHO, C.J. de M. 2005. O turismo como via de transversalidade da cidadania. In **Revista de Ciência, empreendedorismo e Tecnologia**. Ano II, n. 2. Recife: Faculdade Integrada do Recife, pp. 75-80.

CORRÊA, R.L. 1995. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I., GOMES, P. & CORRÊA, R. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 15-47.

CRUZ, R. de C. 2002. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto.

HARVEY, D. 1996. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.

LEFÈBVRE, H. 1991. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática.

RONCAYOLO, M. 1998. A cidade. In: **Região**. v. 8. São Paulo: Enciclopédia Einaudi.

SANTOS, M. 1996. O retorno do território. In SANTOS, M.; SOUZA, M. & SILVEIRA, M. (org.). **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, pp. 15-20.

SANTOS, M. 2002. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SOJA, E. 1993. **Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VASCONCELOS, P. de A. 1999. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In VASCONCELOS, P. & SILVA, S. (Org.). **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.

VASCONCELOS, P. de A. 2002. **Salvador. Transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus.